



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5073129-86.2019.4.04.7000/PR**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

**APELANTE:** SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANÁ (AUTOR)

**APELADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**APELADO:** AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC (RÉU)

**RELATÓRIO**

Esta apelação ataca sentença, proferida em **ação do procedimento comum**, que discutiu sobre pedido de declaração da ilegalidade do direito dos policiais federais aposentados (que detenham porte regular de arma de fogo) de embarcar em voos domésticos portando arma de fogo.

Os fatos estão relatados na sentença:

*O Sindicato dos Policiais Federais no Estado do Paraná - SINPEF/PR ingressou com a presente demanda em face da União e da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, pedindo para DECLARAR a ilegalidade e afastar definitivamente os efeitos do artigo 3º, §1º, da Resolução nº 461/2018 da ANAC e do inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa nº 127-DG/PF/2018 e DECLARAR o direito dos policiais federais aposentados que detenham porte regular de arma de fogo de embarcar em voos domésticos portando arma de fogo.*

*Deduz a sua pretensão, em síntese, de acordo com os seguintes fundamentos: a) a restrição imposta aos policiais aposentados é flagrantemente ilegal, anti-isonômica e infundada, podendo colocar toda a classe em uma situação de vulnerabilidade, pois fere o princípio da hierarquia das normas ao inovar em relação à legislação pertinente a matéria, criando restrições ao direito ao porte de arma conferido aos policiais aposentados conforme artigo 6º, IV, da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento); b) a Constituição Federal não faz distinção entre policiais ativos e inativos; pelo contrário, ela garante que o porte de arma de fogo é uma prerrogativa de todos os policiais ativos e inativos; c) o espaço aéreo brasileiro é mera extensão do território nacional e o direito ao porte de arma de fogo, garantido a todos os policiais federais, possui validade em território nacional, restando demonstrada a incoerência da restrição imposta pela ANAC com a expedição da Resolução nº 462/2018; d) a ANAC ultrapassou seus limites de competência ao expedir a Resolução nº 462/2018 que, de forma discriminatória e injustificada, fere o direito de todos os agentes públicos aposentados, reformados ou da reserva; e) tal restrição limita o poder de locomoção via transporte aéreo doméstico com porte de arma de fogo, de forma a expor a perigo iminente os policiais federais aposentados, colocando estes servidores em situação especial de vulnerabilidade.*

*A antecipação de tutela foi indeferida.*

*Em sua contestação, a União alegou que: a) o Brasil, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, já havia se obrigado internacionalmente a assumir compromissos decorrentes da assinatura da Convenção de Chicago, de 1944, cujo Anexo 17 - que estabelece as medidas que devem ser adotadas pelos Estados signatários no tocante à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita - prevê aspectos específicos dedicados à Segurança Aeroportuária, dentre os quais a preocupação com o controle de embarque de passageiros armados e despacho de armas de fogo; b) o Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7565/1986, por sua vez, acolheu a lógica de restrição de armas de fogo a bordo de aeronaves, em atendimento às recomendações previstas no Manual de Segurança da Aviação Civil, conforme artigo 21, caput; c) a Lei 11.182/2005 que criou a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC estabeleceu dentre suas competências no artigo 8º a seguinte: XI – expedir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, inclusive o porte ou transporte de armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam pôr em risco os tripulantes ou passageiros, ou a própria aeronave ou, ainda, que sejam nocivos à saúde; d) por conta da assinatura da Convenção de Chicago, cuja vigência em âmbito nacional se iniciou após sua promulgação e publicação, por meio do Decreto nº 21.713/1946, o Brasil se obrigou a possuir um Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC), cuja última versão consubstanciou o Decreto nº 7.168/2010 que, em sua Seção V (artigos 152 a 158) e em plena consonância com as normas internacionais sobre o assunto, prevê as regras genéricas para o despacho de arma de fogo e de munição, assim como para o embarque de passageiro armado, que irão decorrer de um ato normativo da ANAC, elaborado em coordenação com a PF; e) o embarque de passageiro armado, portanto, segundo o próprio ordenamento jurídico vigente, deve obedecer a requisitos relativos à necessidade, à segurança de voo e à segurança da aviação civil, à luz de uma lógica de restrição de armas a bordo, conforme o CBA (art. 21) e o Manual Internacional de Segurança da Aviação Civil; f) a norma combatida (§1º do Artigo 3º da Resolução 461 da Agência Nacional de Aviação Civil- ANAC de 25/01/2018 foi confeccionada em total sintonia com o Decreto nº 7.168/2010 (PNAVSEC) e com o Anexo 17 da Convenção de Chicago, não havendo qualquer irregularidade em seu conteúdo.*

*A autora apresentou réplica.*

A sentença julgou **improcedente a ação** (Evento do processo de origem 31):

*Diante do exposto, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora (CPC, art. 459, inciso I).*

*Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e também ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo nos percentuais mínimos previstos no artigo 85, §§ 3º e 5º, do CPC, a incidirem sobre o valor da causa atualizado.*

Apela o **Sindicato autor** (Evento do processo de origem 43), pedindo a reforma da sentença e o deferimento de seus pedidos. Alega que: a) a restrição imposta aos policiais aposentados fere prerrogativa garantida pela Constituição Federal; b) o Estatuto do Desarmamento confere aos policiais federais o direito ao porte de arma de fogo em todo o território nacional, independentemente do policial estar ou não em serviço; c) o espaço aéreo brasileiro é mera extensão do território nacional e o direito ao porte de arma de fogo, garantido a todos os policiais federais, possui validade em território nacional; d) há previsão constitucional e na legislação infraconstitucional do

direito dos policiais federais aposentados de portar arma de fogo de propriedade particular, não podendo a ANAC, como agência reguladora, nem o Departamento de Polícia Federal, criarem normas que inovem ou contrariem o que foi previamente estabelecido na legislação que rege a matéria.

Houve contrarrazões.

O processo foi incluído em pauta.

É o relatório.

## VOTO

Examinando os autos e as alegações das partes, fico convencido do acerto da **sentença de improcedência**, proferida pelo juiz federal Augusto César Pansini Gonçalves, que transcrevo e adoto como razão de decidir, a saber:

*Conforme a decisão proferida no evento 4:*

*Ainda que os policiais aposentados sejam detentores do porte legal de arma, não há demonstração de que estejam sofrendo ações atentatórias a sua integridade em circunstâncias próprias relativas aos voos domésticos. Aliás, se esta fosse a situação, a bem da segurança pública, a solução não seria o porte de arma dentro das aeronaves, pois sabidamente o uso de projéteis com capacidade de perfurar a carroceria de um avião tem o potencial de levar a óbito todos os seus passageiros, seja desestabilizando a navegação e forçando um erro humano, seja causando danos a instrumentos vitais de aeronavegação, seja atingindo pilotos ou tripulação essencial à realização de manobras de emergência.*

*Mais do que isso, não se ignora, quanto mais restrito o espaço físico, mais fácil é a tomada de arma de fogo por terceiros, considerando o reduzido espaço de utilização — aliadas às complexidades próprias à utilização deste equipamento em ambiente com diversos passageiros e itens vitais, podendo gerar hesitação por parte de agentes da lei. Tal circunstância é ainda mais provável em se tratando de agentes aposentados, que não se submetem aos mesmos rigores e constantes treinamentos próprios àqueles policiais que continuam na ativa. Destarte, a entrada, ainda que lícita, de um armamento em uma aeronave poderia comprometer a segurança operacional do sistema de aviação civil, possibilitando a um terceiro agressor que rendesse a tripulação/passageiros e eventualmente sequestrando o avião para seus propósitos.*

*Diante do exposto, deve-se observar que as normas da ANAC não tem por fim restringir o porte de arma de fogo aos que regularmente a detém, na forma da lei, mas sim evitar os riscos do porte de arma a bordo, inclusive disparos acidentais, ações precipitadas ou açodadas, que eventualmente podem afetar componentes da aeronave (hidráulico, elétrico, eletrônico), perfurar tanque de combustível, janela, fuselagem, causando despressurização ou explosão.*

*Além disso, não creio que o ato normativo editado pela ANAC tenha violado o princípio da legalidade. Conforme bem ressaltado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao apreciar o agravo de instrumento interposto pelo autor:*

*A Resolução nº 461/2018 da ANAC restringe o acesso a arma de fogo para embarque apenas às seguintes hipóteses:*

*Art. 4º A necessidade de acesso à arma para fins de embarque limita-se às hipóteses em que o agente público, durante o período mencionado no caput do art. 3º desta Resolução, realiza qualquer das seguintes atividades:*

*I - escolta de autoridade ou testemunha;*

*II - escolta de passageiro custodiado;*

*III - execução de técnica de vigilância; ou*

*IV - deslocamento após convocação para se apresentar no aeródromo de destino preparado para o serviço, em virtude de operação que possa ser prejudicada se a arma e munições forem despachadas.*

*E expressamente prevê "o embarque armado não é permitido aos agentes públicos aposentados, reformados ou da reserva." (art. 3º, § 1º).*

*Ao menos em um juízo perfunctório, não vejo como flagrantemente ilegal o conteúdo questionado da Resolução, que me parece adequada ao âmbito de atuação da Agência Reguladora, conforme o poder normativo que lhe foi legalmente atribuído (art. 11, V, da Lei nº 11.182/2005).*

*O Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) também dispõe que **salvo com autorização especial de órgão competente, nenhuma aeronave poderá** transportar explosivos, munições, **arma de fogo**, material bélico, equipamento destinado a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou ainda quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou de seus ocupantes (art. 21; grifado).*

*O perigo de dano também é ausente, na medida em que o propósito da Resolução nº 461/2018 da ANAC é resguardar a incolumidade de todos os ocupantes da aeronave.*

*A Resolução nº 515/2019 da ANAC também lista no Anexo I, de forma não exaustiva, uma série de itens proibidos que não devem ser transportados na cabine de aeronaves:*

*Sem prejuízo das normas de segurança aplicáveis, os passageiros não poderão transportar para as áreas restritas de segurança nem para a cabine de uma aeronave os seguintes artigos:*

*a) pistolas, armas de fogo e outros dispositivos que disparem projéteis — dispositivos que podem ou aparentam poder ser utilizados para causar ferimentos graves através do disparo de um projétil, incluindo:*

*1) armas de fogo de qualquer tipo, tais como pistolas, revólveres, carabinas, espingardas;*

*2) armas de brinquedo, réplicas ou imitações de armas de fogo que podem ser confundidas com armas verdadeiras;*

*3) componentes de armas de fogo, excluindo miras telescópicas;*

4) *armas de pressão por ação de ar e gás comprimido ou por ação de mola, tais como armas de paintball, airsoft, pistolas e espingardas de tiro a chumbo ou outros materiais;*

5) *pistolas de sinalização e pistolas de partida esportiva;*

6) *bestas, arcos e flechas;*

7) *armas de caça submarina, tais como arpões e lanças; e*

8) *fundas e estilingues; b) dispositivos neutralizantes — dispositivos destinados especificamente a atordoar ou a imobilizar, incluindo:*

1) *dispositivos de choque elétrico, tais como armas de choque elétrico e bastões de choque elétrico;*

2) *dispositivos para atordoar e abater animais; e*

3) *químicos, gases e aerossóis neutralizantes ou incapacitantes, tais como spray de pimenta, gás lacrimogêneo, sprays de ácidos e aerossóis repelentes de animais;*

c) *objetos pontiagudos ou cortantes — objetos que, devido à sua ponta afiada ou às suas arestas cortantes, podem ser utilizados para causar ferimentos graves, incluindo:*

1) *objetos concebidos para cortar, tais como machados, machadinhas e cutelos;*

2) *piolets e picadores de gelo;*

3) *estiletes, navalhas e lâminas de barbear, excluindo aparelho de barbear em cartucho;*

4) *facas e canivetes com lâminas de comprimento superior a 6 cm;*

5) *tesouras com lâminas de comprimento superior a 6 cm medidos a partir do eixo;*

6) *equipamentos de artes marciais pontiagudos ou cortantes;*

7) *espadas e sabres; e*

8) *instrumentos multifuncionais com lâminas de comprimento superior a 6 cm; d) ferramentas de trabalho — ferramentas que podem ser utilizadas para causar ferimentos graves ou para ameaçar a segurança da aeronave, incluindo:*

1) *pés-de-cabra e alavancas similares;*

2) *furadeiras e brocas, incluindo furadeiras elétricas portáteis sem fios;*

3) *ferramentas com lâmina ou haste de comprimento superior a 6 cm que podem ser utilizadas como arma, tais como chaves de fendas e cinzéis;*

4) *serras, incluindo serras elétricas portáteis sem fios;*

5) *maçaricos;*

*6) pistolas de cavilhas, pistolas de pregos e pistolas industriais; e*

*7) martelos e marretas;*

*e) instrumentos contundentes — objetos que podem causar ferimentos graves se utilizados para agredir alguém fisicamente, incluindo:*

*1) tacos de beisebol, pólo, golfe, hockey, sinuca e bilhar;*

*2) cassetetes, porretes e bastões retráteis;*

*3) equipamentos de artes marciais contundentes; e*

*4) soco-ínglês;*

*f) substâncias e dispositivos explosivos ou incendiários — materiais e dispositivos explosivos ou incendiários que podem ou aparentam poder ser utilizados para causar ferimentos graves ou para ameaçar a segurança da aeronave, incluindo:*

*1) munições;*

*2) espoletas e fusíveis;*

*3) detonadores e estopins;*

*4) réplicas ou imitações de dispositivos explosivos;*

*5) minas, granadas e outros explosivos militares;*

*6) fogos de artifício e outros artigos pirotécnicos;*

*7) botijões ou cartuchos geradores de fumaça;*

*8) dinamite, pólvora e explosivos plásticos;*

*9) substâncias sujeitas a combustão espontânea;*

*10) sólidos inflamáveis, considerados aqueles facilmente combustíveis e aqueles que, por atrito, podem causar fogo ou contribuir para ele, tais como pós metálicos e pós de ligas metálicas;*

*11) líquidos inflamáveis, tais como gasolina, etanol, metanol, óleo diesel e fluido de isqueiro;*

*12) aerossóis e atomizadores, exceto os de uso médico ou de asseio pessoal, sem que exceda a quantidade de quatro frascos por pessoa e que o conteúdo, em cada frasco, seja inferior a 300 ml ou 300 g;*

*13) gases inflamáveis, tais como metano, butano, propano e GLP;*

*14) substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis;*

*15) cilindros de gás comprimido, inflamável ou não, tais como cilindros de oxigênio e extintores de incêndio; e*

*16) isqueiros do tipo maçarico, independente do tamanho;*

*g) substâncias químicas, tóxicas e outros itens perigosos — substâncias capazes de ameaçar a saúde das pessoas a bordo da aeronave ou a segurança da própria aeronave, incluindo:*

- 1) cloro para piscinas e banheiras;*
- 2) alvejantes líquidos;*
- 3) baterias com líquidos corrosivos derramáveis;*
- 4) mercúrio, exceto em pequena quantidade presentes no interior de instrumentos de medição térmica (termômetro);*
- 5) substâncias oxidantes, tais como pó de cal, decolorante químico e peróxidos;*
- 6) substâncias corrosivas, tais como ácidos e alcalóides;*
- 7) substâncias venenosas (tóxicas) e infecciosas, tais como arsênio, cianetos, inseticidas e desfolhantes;*
- 8) materiais infecciosos, ou biologicamente perigosos, tais como amostras de sangue infectado, bactérias ou vírus; e*
- 9) materiais radioativos (isótopos medicinais e comerciais);*

*h) outros — itens proibidos que não se enquadram nas categorias anteriores:*

- 1) dispositivos de alarme (excluindo dispositivo de relógio de pulso e de equipamentos eletrônicos permitidos a bordo); e*
- 2) materiais que possam interferir nos equipamentos das aeronaves e que não estejam relacionados entre os dispositivos eletrônicos permitidos, tais como telefone celular, laptop, palmtop, jogos eletrônicos, pager, que são de uso controlado a bordo de aeronaves;*

*i) itens tolerados — itens que são tolerados, respeitadas as especificações que se seguem:*

- 1) saca-rolhas;*
- 2) canetas, lápis e lapiseiras, com comprimento inferior a 15 cm;*
- 3) isqueiros com gás ou fluido com comprimento inferior a 8 cm, na quantidade máxima de um por pessoa;*
- 4) fósforos, em embalagem com capacidade não superior a 40 palitos, na quantidade máxima de uma caixa por pessoa;*
- 5) bengalas;*
- 6) raquetes de tênis;*
- 7) guarda chuvas; e*
- 8) martelo pequeno para uso em exames médicos;*

*j) itens proibidos para voos sob elevado nível de ameaça — itens permitidos ou itens tolerados que são proibidos no caso de elevação do nível de ameaça da segurança da aviação civil:*

- 1) qualquer instrumento de corte;*
- 2) saca-rolhas;*
- 3) bengalas;*
- 4) raquetes de tênis;*
- 5) qualquer isqueiro;*
- 6) fósforos, em qualquer quantidade ou apresentação; e*
- 7) aerossóis.*

*Tais restrições se traduzem em segurança à tripulação e aos passageiros da aeronave, não justificando a intervenção do Poder Judiciário em face das medidas de segurança adotadas pela ANAC, que têm se mostrado efetivas.*

---

Trata-se, no caso dos autos, de discussão envolvendo o direito de liberdade. Quando se discute a liberdade do servidor policial federal de portar arma, também estamos discutindo limitações que podem afetar os demais passageiros da aeronave.

O equacionamento de tais questões não parece que possa ser realizado diretamente pela vontade do julgador, mas é feito primeiro pela Constituição Federal, bem como pela Lei Federal e pelas Resoluções da ANAC, a qual regula a forma como as liberdades irão ser executadas em um espaço restrito que é o interior de uma aeronave.

Essa regulamentação não é realizada de forma arbitrária, mas é feita em respeito à hierarquia das normas, não parecendo haver qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade nessas Resoluções. O espaço limitado dentro aeronave é extremamente controlado, de forma que os riscos são considerados nesse ambiente.

Sobre a diferença de tratamento entre o policial da ativa e o aposentado, parece que há justificativa para essa diferenciação. Para o servidor aposentado não existe, por exemplo, a carga de deveres e obrigações que existe para o servidor na ativa. Em uma situação de risco, de ameaça, por exemplo, o policial na ativa tem o dever de responder à situação, dever inexistente para o servidor aposentado. Trata-se de circunstância que justifica a diferença de tratamento, havendo razoabilidade para as restrições e distinções, tendo sido tal questão devidamente tratada na sentença, não havendo razões para conclusão diversa.

Acrescento, ainda, observação realizada durante a sessão de julgamentos, pelo Desembargador Ricardo Teixeira do Valle Pereira, no sentido de que existe a autorização para despacho de arma. Aquele que tem o porte de arma pode despachar a arma antes do voo, não havendo a vedação para deslocamento em território nacional com a arma, mais uma razão que aponta para o acerto da sentença.



Portanto, diante do exame de toda a legislação que rege a matéria, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade perpetradas pelas rés, considerando-se que o objetivo da norma regulamentar aqui atacada é evitar os evidentes riscos do porte de arma a bordo, valor maior que se deve assegurar em nome da segurança dos passageiros das aeronaves.

Por outro lado, releva notar que a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) objetivou justamente evitar os riscos e eventuais imprudências quanto ao porte de armas nas situações em que não haja a sua efetiva necessidade. No caso dos autos, a parte apelante não demonstrou a real necessidade do pedido ou qualquer situação concreta de ameaça à integridade física dos policiais aposentados, não se mostrando suficiente alegar a qualidade genérica de policial.

Por fim, é importante evidenciar que a concessão de porte de arma se insere no poder discricionário da Administração, cujo controle pelo Poder Judiciário se limita ao aspecto da legalidade, sem qualquer incursão na conveniência e oportunidade.

Mantenho, portanto, a sentença recorrida.

### **Honorários advocatícios relativos à sucumbência recursal**

Segundo entendimento consolidado no STJ, a imposição de honorários advocatícios adicionais em decorrência da sucumbência recursal é um mecanismo instituído no CPC-2015 para desestimular a interposição de recursos infundados pela parte vencida, por isso aplicável apenas contra o recorrente, nunca contra o recorrido.

A majoração dos honorários em decorrência da sucumbência recursal, conforme preconizado pelo STJ, depende da presença dos seguintes requisitos: (a) que o recurso seja regulado pelo CPC de 2015; (b) que o recurso tenha sido desprovido ou não conhecido; (c) que a parte recorrente tenha sido condenada em honorários no primeiro grau, de forma a poder a verba honorária ser majorada pelo Tribunal.

Atendidos esses requisitos, a majoração dos honorários é cabível, independentemente da apresentação de contrarrazões pela parte recorrida.

Nesse sentido são os seguintes julgados do STJ, referidos a título exemplificativo: AgInt no REsp 1745134/MS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018; REsp 1765741/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018; AgInt no AREsp 1322709/ES, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018; (AgInt no REsp 1627786/CE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 08/11/2018, DJe 14/11/2018; EDcl no AgInt no AREsp 1157151/RS, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018; AgInt nos EREsp 1362130/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, julgado em 13/12/2017, DJe 16/02/2018; AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017).

**No caso dos autos**, estando presentes os requisitos exigidos pela jurisprudência, impõe-se a fixação dos honorários da sucumbência recursal, majorando-se o percentual a ser estabelecido na liquidação de sentença em 1 ponto percentual, a incidir sobre a base de cálculo que for fixada, conforme previsto no § 11 do art. 85 do CPC-2015.

### **Prequestionamento**

Para evitar futuros embargos, dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais indicados pelas partes no processo. A repetição de todos os dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia.

### **Dispositivo**

Ante o exposto, voto por **negar provimento à apelação**, nos termos da fundamentação.

---

Documento eletrônico assinado por **CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002031297v24** e do código CRC **38c33801**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

Data e Hora: 24/9/2020, às 21:59:10

---

5073129-86.2019.4.04.7000

40002031297.V24

Conferência de autenticidade emitida em 01/10/2020 14:16:48.



## **Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5073129-86.2019.4.04.7000/PR**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

**APELANTE:** SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANA (AUTOR)

**APELADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**APELADO:** AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC (RÉU)

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO. AÇÃO COLETIVA. ANAC. RESOLUÇÃO Nº 461/2018 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 127-DG/PF/2018 QUE NÃO AUTORIZAM PORTE DE ARMA DE FOGO POR POLICIAL APOSENTADO EM AERONAVE. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação, com ressalva de entendimento do Juiz Federal SERGIO RENATO TEJADA GARCIA, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 23 de setembro de 2020.

---

Documento eletrônico assinado por **CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002031298v8** e do código CRC **1c67875c**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

Data e Hora: 24/9/2020, às 21:56:46

---

5073129-86.2019.4.04.7000

40002031298.V8

Conferência de autenticidade emitida em 01/10/2020 14:16:48.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**EXTRATO DE ATA DA SESSÃO TELEPRESENCIAL DE**  
**23/09/2020**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5073129-86.2019.4.04.7000/PR**

**RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR**

**PRESIDENTE:** DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

**PROCURADOR(A):** LUIZ CARLOS WEBER

**SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA:** ANDERSON RENY HECK POR SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANA

**APELANTE:** SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANA (AUTOR)

**ADVOGADO:** LUCIANA ROSA MEDEIROS MIRANDA (OAB PR055848)

**ADVOGADO:** ANDERSON RENY HECK (OAB PR029701)

**APELADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**APELADO:** AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC (RÉU)

Certifico que este processo foi incluído na Pauta da Sessão Telepresencial do dia 23/09/2020, na sequência 214, disponibilizada no DE de 11/09/2020.

Certifico que a 4ª Turma, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

A 4ª TURMA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO, COM RESSALVA DE ENTENDIMENTO DO JUIZ FEDERAL SERGIO RENATO TEJADA GARCIA. DETERMINADA A JUNTADA DO VÍDEO DO JULGAMENTO.

**RELATOR DO ACÓRDÃO:** DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

**VOTANTE:** DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

**VOTANTE:** JUIZ FEDERAL SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA

**VOTANTE:** DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

**MÁRCIA CRISTINA ABBUD**

**Secretária**

Conferência de autenticidade emitida em 01/10/2020 14:16:48.